

*legis me
21/07/17*

CONTRATO Nº 008/2017/FMS/SMS/PMVR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que fazem o **MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS**, e a empresa **CLÍNICA DE DIÁLISE VOLTA REDONDA LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **MÁRCIA LYGIA VIEIRA CURY INÁCIO**, brasileira, casada, bióloga, portadora da Cédula de Identidade nº 5076168 - DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº 692.940.977-49, residente nesta cidade, conforme decreto delegatório nº 14.211, combinado com o Artigo 9º, inciso III da Lei 8.080/90, de um lado, e, do outro, a empresa **CLÍNICA DE DIÁLISE VOLTA REDONDA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.204.493/0001-99, com sede na Avenida Retiro, nº 3.140, bairro Retiro, Volta Redonda, RJ, CEP: 27.275-264, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **MURILLO SOARES TATAGIBA**, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº 52.53278-7, expedida pelo CRM/RJ e do CPF nº 856.470.047-68, residente e domiciliado na Rua Américo Garcia da Silva, nº 30, bairro Matadouro, Barra do Piraí, RJ e **JAIR BAPTISTA MIGUEL**, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº 52.47236-1, expedida pelo CRM/RJ e do CPF nº 681.039.997-68, residente e domiciliado na Rua Bromélia, nº 100, Parque das Águas, Santo Antônio de Pádua, RJ, assinam o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 1609/2016/FMS/SMS/PMVR, que se regerá, no que couber, pelas normas da Constituição Federal, pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), pela Norma Operacional Básica nº 01/93, pela Lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas pelas Leis de nºs 8.883/94 e 9.032/95, em especial de conformidade com o artigo 25 **caput** da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a execução, pela **CONTRATADA**, de serviços técnico-profissionais especializados em **TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA**, a serem prestados aos usuários do SUS, de acordo com a **RDC/ANVISA nº 154, de 15 de junho de 2004**, ou outra que seja introduzida posteriormente, aos usuários do SUS, de acordo com o Edital da **Convocação Pública nº 001/2017/CPL/FMS/SMS/PMVR**, constante do Processo Administrativo nº 1609/2016-FMS/SMS/PMVR, observando as descrições e demais elementos do quadro abaixo:

ITEM	QUANT ANUAL	CÓDIGO SIA/SUS	DESCRIÇÃO	PREÇO TABELA SIGTAB (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	120	03.05.01.009-3	Hemodiálise excepcional (máximo 01 sessão por semana).	194,20	23.304,00
02	28.776	03.05.01.010-7	Hemodiálise (máximo 03 sessões por semana).	194,20	5.588.299,20
03	780	03.05.01.011-5	Hemodiálise para paciente portador de HIV e ou hepatite C e ou hepatite B (máximo 03 sessões por semana).	265,41	207.019,80
04	312	03.05.01.012-3	Hemodiálise excepcional para paciente portador de HIV e ou hepatite C e ou hepatite B (máximo 01 sessão por semana).	265,41	82.807,92
05	840	03.05.01.016-6	Manutenção e acompanhamento do tratamento domiciliar DPA/DPAC.	358,06	300.770,40
06	42	03.05.01.018-2	Treinamento de paciente submetido a diálise peritoneal-DPAC/DPA.	55,13	2.315,46
07	36	04.18.01.001-3	Confecção de fistula arteriovenosa com	1.453,85	52.338,60

h

08	66	04.18.01.002-1	enxertia de politetrafluoretina.	1.453,85	95.954,10
09	132	04.18.01.003-0	Confecção de fistula arteriovenosa com enxertia de politetrafluoretileno (PTFE).	600,00	79.200,00
10	18	04.18.01.003-5	Retirada Cateter tenckhoff longa permanência ou similar DPA/DPAC.	400,00	7.200,00
11	60	04.18.01.004-8	Implante de cateter de longa permanência para hemodiálise.	200,00	12.000,00
12	198	04.18.01.006-4	Instalação de cateter duplo lumem para hemodiálise.	115,81	22.930,38
13	54	04.18.01.008-0	Instalação de cateter tenckhoff longa permanência ou similar DPA/DPAC.	400,00	21.600,00
14	24	04.18.02.001-9	Intervenção em fístula arteriovenosa.	600,00	14.400,00
15	24	04.18.02.002-7	Ligadura de fistula arteriovenosa.	600,00	14.400,00
16	66	07.02.10.001-3	Cateter de longa permanência para hemodiálise.	482,34	31.834,44
17	198	07.02.10.002-1	Cateter duplo lumem para hemodiálise.	64,76	12.822,48
18	66	07.02.10.003-0	Cateter tipo tenckhoff/similar de longa permanência para DPI/DPAC/DPA.	149,75	9.883,50
19	198	07.02.10.009-9	Dilatador para implante de cateter duplo lumem para hemodiálise.	21,59	4.274,82
20	198	07.02.10.010-2	Guia metálico para implante de cateter duplo lumem para hemodiálise.	15,41	3.051,18
21	426	07.02.10.004-8	Conjunto de troca para paciente com instalação domiciliar DPA.	2.511,49	1.069.894,74
22	36	07.02.10.005-6	Conjunto de troca de paciente submetido a DPA (paciente-15 dias) c/instalação domiciliar e manutenção de máquina cicladora).	1.255,74	45.206,64
23	426	07.02.10.006-4	Conjunto de troca de paciente submetido a DPAC (paciente-mês) correspondente a 120 unidades.	1.893,68	806.707,68
24	42	07.02.10.007-2	Conjunto de troca para treinamento de paciente de DPA/DPAC 9 dias.	609,39	25.594,38
25	42	07.02.10.008-0	Conjunto de troca de paciente submetido a DPAC 15 dias.	946,84	39.767,28
VALOR TOTAL					8.573.577,00

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, conforme Territorialização do **MUNICÍPIO**, e serão ofertados com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e nas condições estabelecidas pelo **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** deverá prestar assistência ao paciente portador de doença renal crônica obedecendo aos critérios anteriores definidos pela RDC/ANVISA Nº 154, de 15 de junho de 2004, que estabelece o regulamento técnico para funcionamento dos serviços de diálise, conforme as normas que instituem a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, Portaria GM/MS nº 1168, de 15 de junho de 2004.

A **CONTRATADA** se obriga a atender as normas específicas referentes à área de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, com vista a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento do paciente.

A eventual mudança de endereço do estabelecimento da **CONTRATADA** será comunicada ao **MUNICÍPIO**, por intermédio de aviso ao **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo o **MUNICÍPIO**, após parecer daquele departamento, rever as condições deste contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

PARÁGRFO ÚNICO:

Correrá por conta exclusiva da **CONTRATADA**, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**, a execução dos serviços a serem prestados, conforme normas definidas neste contrato, os quais, serão prestados de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência estabelecidos pelo **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**, que emitirá prévia autorização, por escrito, para aludida execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS GERAIS:

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Para os efeitos deste contrato, consideram-se profissionais do estabelecimento contratado:

- 1- O membro de seu corpo clínico e de profissionais;
- 2- O profissional que tenha vínculo de emprego com a **CONTRATADA**;
- 3- O profissional autônomo que presta serviços à **CONTRATADA**, comprovado através de instrumento próprio;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A **CONTRATADA** é a única responsável por todos os danos e demais prejuízos que, a qualquer título, causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, por si, seus representantes ou prepostos na execução dos serviços a serem realizados, ficando, desde já, o **MUNICÍPIO** isento de toda e qualquer responsabilidade por reclamações e reivindicações que, em decorrência possam surgir. A responsabilidade de que trata este parágrafo abrange a responsabilidade civil causada por ato ilícito praticado pelos empregados, profissionais ou prepostos da **CONTRATADA**, sem prejuízo dos danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos termos do artigo 14 da Lei nº 8078/90, que também ficarão ao encargo da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

A **CONTRATADA** não poderá cobrar do paciente ou de seu representante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados, e será pessoalmente responsável por qualquer cobrança indevida feita por profissional empregado ou preposto, em razão da execução dos serviços constantes deste contrato;

PARÁGRAFO QUARTO:

O **MUNICÍPIO** poderá exigir da **CONTRATADA** o afastamento ou substituição, incontinenter, de qualquer empregado ou preposto seu, se considerar inconveniente a permanência deles na linha dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA** é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, social, comercial, civil, tributária, previdenciária, securitária e trabalhista, decorrentes deste contrato, respeitadas as demais leis que nelas interfiram, especialmente a relacionada com a segurança do trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Qualquer pagamento devido à **CONTRATADA** somente será efetuado mediante comprovação ao **MUNICÍPIO**, através do **DIPA/SMS/PMVR**, de quitação com as obrigações decorrentes da presente cláusula, vencidas até o mês anterior do pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o valor das parcelas mensais devidas, de acordo com este contrato, somente será pago após comprovação pela fiscalização do **MUNICÍPIO**, efetuada pelo **DIPA/SMS/PMVR**, da perfeita prestação dos serviços e mediante apresentação de documentos comprobatórios da execução dos mesmos, conferidos e aprovados pelo **DIPA/SMS/PMVR**, que emitirá Laudo de Recebimento que deverá ser encaminhado no prazo de 05 (cinco) dias à Gerência Financeira/FMS/SM/PMVR, para posterior pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA** se obriga a:

- 1- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico pelo prazo de 10 (dez) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei;
- 2- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 3- Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;
- 4- Afixar aviso, em local visível, de sua condição de integrante do Sistema Único de Saúde/SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 5- Utilizar obrigatoriamente em seus impressos o logotipo do SUS, correndo o ônus de tal serviço por sua conta;
- 6- Justificar tecnicamente, por escrito ao paciente, ou ao seu representante, as razões pela não realização de qualquer serviço contido neste contrato;



- 7- Atender ao paciente em suas instalações, sempre no horário agendado, procurando evitar atrasos, e caso ocorra algum imprevisto que impossibilite o atendimento na data e horário marcados, justificar tecnicamente, ao paciente ou ao seu representante, as razões por sua não realização ou de qualquer outro serviço contido no contrato, e comunicar, por escrito, a **CONTRATANTE**, para novo agendamento. Se ocorrerem quaisquer problemas relacionados ao atendimento dos pacientes encaminhados pela **CONTRATANTE**, entrar em contato com o Setor Técnico;
- 8- Disponibilizar mensalmente a programação de agendamento diário, de acordo com a capacidade física contratada;
- 9- Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre usuários;
- 10- Encaminhar ao **DIPA/SMS/PMVR Declaração** assinada pelo paciente, onde comprova a gratuidade na realização dos exames;
- 11- Notificar o **MUNICÍPIO** de eventual alteração em sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do Cartório do Registro Civil das pessoas jurídicas;
- 12- Dispor de profissional apto ao preparo de pacientes especiais;
- 13- Os pacientes serão regulados através do Sistema Informatizado de Regulação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO:

O **MUNICÍPIO** pagará mensalmente à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, conforme expressos nas colunas 5 e 6 do quadro constante na cláusula primeira deste instrumento.

O valor global do presente contrato é estipulado em **R\$ 8.573.577,00** (oito milhões e quinhentos e setenta e três mil e quinhentos e setenta e sete reais). O **MUNICÍPIO**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS**, empenhou em favor da **CONTRATADA**, à conta da dotação orçamentária nº 50.01.10.302.0167.2920.3.3.3.9.0.39.00.00.00.20.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente processada e acompanhada do Laudo de Recebimento emitido pelo **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO – DIPA/SMS/PMVR**, em conformidade com o parágrafo segundo, da Cláusula Quarta do instrumento em tela.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde/SMS/PMVR da fatura apresentada pela Contratada, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita "pro rata die", para tal utilizando-se o menor índice de inflação divulgado pelos órgãos oficiais, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios;

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Caso o pagamento devido seja antecipado pelo Fundo Municipal de Saúde/SMS/PMVR, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, cujo valor será determinado pela variação "pro rata die" do menor índice de inflação divulgado pelos órgãos oficiais, correspondente aos dias de antecipação;

PARÁGRAFO QUARTO:

A compensação financeira e os juros moratórios a que se refere o Parágrafo Segundo não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou da apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível a Contratada (artigo 40, inciso XIV, alínea "d", da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57, inciso II da Lei federal nº 8.666/93, mediante a feitura de Termo Aditivo por acordo entre as partes, devidamente justificado.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Caso a **CONTRATADA** não inicie os serviços nos prazos determinados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMVR**, através do **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**, por motivos injustificados, o **MUNICÍPIO** poderá rescindir este contrato, extrajudicialmente, mediante simples notificação, sujeitando-se, ainda, a **CONTRATADA** às demais sanções na legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROIBIÇÃO DE SUBCONTRATAR:

A **CONTRATADA** fica expressamente proibida de subcontratar parcial ou totalmente os serviços, sob pena de rescisão deste contrato, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA - DOS REAJUSTES:

Os preços unitários dos serviços serão aqueles constantes na coluna 5 do quadro objeto da Cláusula Primeira deste instrumento, tabelados através do **SIA/SUS - MINISTÉRIO DA SAÚDE** e serão **FIXOS** e **IRREAJUSTÁVEIS** durante o prazo de vigência contratual, ressalvado a superveniência de nova tabela devidamente autorizada pelo **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, por onde os preços poderão ser reajustados de acordo com os novos valores fixados;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização e supervisão efetuadas pelo **MUNICÍPIO** serão exercidas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMVR**, através do **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**, que se reserva no direito de recusar os serviços objeto deste contrato, quando não estiverem sendo prestados dentro das normas contratuais, assim como exigir a sua adequação quando não corresponderem os termos pactuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Abrange a competência de fiscalização do **DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO/DIPA/SMS/PMVR**, aprovar, auditar, revisar e glosar os documentos comprobatórios de execução dos serviços, conforme disposições contidas no parágrafo segundo da Cláusula Quarta, que observará, no que couber, as informações atinentes ao número e qualidade dos atendimentos, bem como demais elementos que julgar necessário, para o fiel cumprimento deste contrato em prol do interesse público.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Fica a **CONTRATADA** obrigada a supervisionar e fiscalizar seus serviços, sem prejuízos das prerrogativas do **MUNICÍPIO**, fornecendo por sua conta toda mão-de-obra, bem como os equipamentos, materiais de consumo e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços ora contratados, sendo que os custos dos mesmos já estão incluídos no preço ora contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MULTAS:

A **CONTRATADA** será punida com multa diária correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso que se verificar na prestação do serviço, ou por constatação, pela fiscalização, de ausência de qualidade dos serviços prestados, segundo cronograma fornecido, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência da decisão, juntada no respectivo processo.

A **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias para regularização do acima aventado, sem prejuízo do direito conferido ao **MUNICÍPIO** de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as demais sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar a **CONTRATADA** a aplicação das seguintes penalidades:

- 1) Advertência;
- 2) Multa de 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato pela inexecução total;
- 3) Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato pela inexecução parcial;
- 4) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- 5) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração por prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção, com base no item anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Será ainda aplicada à **CONTRATADA** a multa pela ocorrência de cobrança de serviços a pacientes atendidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde. A multa neste caso será de 100% (cem por cento) do valor cobrado e deverá ainda a **CONTRATADA** promover a restituição dos valores cobrados ao paciente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa, cobrança indevida ou impedimento de contratar com a Administração ou de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de declaração de inidoneidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8666/93.

PARÁGRAFO QUARTO:

Os valores das multas aplicadas serão recolhidos aos cofres da Fazenda Pública Municipal, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento, sendo que os valores serão considerados como receita do Fundo Municipal de Saúde/SMS/PMVR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:

Independentemente de interpelação judicial, dar-se-á a rescisão administrativa do presente contrato sem que a **CONTRATADA** tenha direito à indenização de qualquer espécie, no caso de ocorrer uma das hipóteses previstas nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A rescisão de que trata a presente cláusula acarretará à **CONTRATADA**, no que couber, as consequências de que trata o artigo 80 da Lei Federal nº 8666/93 sem prejuízos das demais sanções na lei e neste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A rescisão do presente contrato também poderá ocorrer no caso das hipóteses previstas nos incisos XIII e XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Ocorrerá rescisão amigável quando houver acordo entre as partes, desde que haja conveniência para Administração. A rescisão por qualquer causa não imputável à **CONTRATADA** implica no pagamento a ela de quantia equivalente aos serviços executados, apurados pela Fiscalização do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente contrato cláusulas e disposições contidas na **CONVOCAÇÃO PÚBLICA Nº 001/2017**, de 17/02/2017/CPL/FMS/SMS/PMVR, constante do Processo Administrativo nº 1609/2016/FMS/SMS/PMVR, porventura omissas e não conflitantes com o presente instrumento.

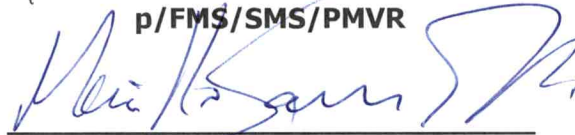
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

As partes contratantes, abrindo mão de qualquer privilégio, elegem o Foro da Comarca de Volta Redonda – RJ, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas para que produza os devidos e legais efeitos.

Volta Redonda, 30 MAR. 2017


MÁRCIA LYGIA VIEIRA CURY INÁCIO
p/FMS/SMS/PMVR


MURILLO SOARES TATAGIBA
P/Contratada


JAIR BAPTISTA MIGUEL
P/Contratada



TESTEMUNHAS:


CARLOS ALBERTO NASR


JUAREZ DE MAGALHÃES

19. OFÍCIO DE NOTAS
Av. Das Americas, 3939 bl.1 lj.N, RJ
Reconheço como autenticas a(s) firma(s):
[50DXN4001-JAIR BAPTISTA MIGUEL.....
Rio de Janeiro, 30 de Março de 2017
Em testemunho _____ da verdade.
DAVID BARRETO
055-ESCREVENTE
I#Tab.22.3.b.R\$5,41,PMCMV.R\$0,10
I#Fetj.R\$1,08 Fund.R\$0,27,Funf.R\$0,27
I#funa.R\$0,21 ISS.R\$0,00 Total 7,34
Selo Eletronico Numero: ECAF58750-ZEV
Consulte em
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO 090191
Rua Dr. Moraes Barbosa, 233, Centro, Barra do Pirai - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040 AA057500

Reconheço a(s) firma(s) por Autenticidade de:
MURILLO SOARES TATAGIBA*****

BARRA DO PIRAI, 03/04/2017. Total: 7,61
Em testemunho:
VINICIUS PRIMO DOS SANTOS
EBZK 36961 RJZ <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Vinicius Primo dos Santos
Escrevente - Matr. 94/9885
Cartório do 1º Ofício - B. do Pirai - R.